

9º SIMULADO

TJRJ

**ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL**



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

9º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-02-05-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Lucas

Sebo

O homem disse o próprio nome e ficou me olhando atentamente. Como alguém que tivesse atirado uma moeda num poço e esperasse o "plim" no fundo. Repeti o nome algumas vezes e finalmente me lembrei. Plim. Mas claro.

- Comprei um livro seu não faz muito.

Ele sorriu, mas apenas com a boca. Perguntou se podia entrar. Pedi para ele esperar até que eu desengatasse as sete trancas da porta.

- Você compreende - expliquei -, com essa onda de assassinatos...

Ele compreendia. Estranhos assassinatos. Todas as vítimas eram intelectuais. Ou pelo menos tinham livros em casa. Dezesesseis vítimas até então. Se soubesse que seria a décima sétima eu não teria me apressado tanto com as correntes.

- Você leu meu livro? - ele perguntou.

- Li!

Essa terrível necessidade de não magoar os outros. Principalmente os autores novos.

- Não leu - disse ele.

- Li. Li!

Essa obscena compulsão de ser amado.

- Leu todo?

- Todo.

Ele ainda me olhava, desconfiado. Elaborei:

- Aliás, peguei e não larguei mais até chegar ao fim.

Ele ficou em silêncio. Elaborei mais:

- Depois li de novo.

Ele nada. Exclamei:

- Uma beleza!

- Onde é que ele está?

Meu Deus, ele queria a prova. Fiz um gesto vago na direção da estante. Felizmente, nunca botei um livro fora na minha vida. Ainda tenho (ainda tinha) o meu Livro do bebê. Com a impressão do meu pé recém-nascido, pobre de mim. Venero livros. Tenho pilhas e pilhas de livros. Gosto do cheiro de livros novos e antigos. Passo dias dentro de livrarias. Gosto de manusear livros, de sentir a textura do papel com os dedos, de sentir seu volume na mão. Me ocupo tanto de livros e quase não me sobra tempo para a leitura.

Ele encontrou seu livro. Nós dois suspiramos, aliviados. Como é fácil fazer a alegria dos outros, pensei. Com uma pequena mentira eu talvez tivesse dado o empurrão definitivo numa vocação literária que, de outra forma, se frustraria. Num transbordamento de caridade, declarei:

- Que livro! Puxa!

Mas ele não me ouviu. Apertava o livro entre as mãos. Disse:

- O último. Finalmente.

- O quê?

Ele começou a avançar na minha direção. Contou que a tiragem do livro tinha sido pequena. Quinhentos exemplares. Sua mãe comprara 30 e morrera antes de distribuir aos parentes. Ele tinha ficado com 453. Dezessete cópias tinham acabado num sebo que, através dos anos, vendera todos. Ele seguira a pista de 16 dos 17 compradores e os estrangulara. Faltava o décimo sétimo.

- Por quê? - gritei. E acrescentei, anacronicamente: - Homem de Deus?

No livro tinha um cacófato horrível. Ele não podia suportar a ideia de descobrirem seu cacófato.

- Eu não notei! Eu não notei! - protestei.

Não adiantou. Ninguém que tivesse lido o livro podia continuar vivo. Ele queria deixar o mundo tão inédito quanto nascera.

- Mas essas coisas não têm import... - comecei a dizer.

Mas ele me pegou e me estrangulou.

Bem feito! Para eu aprender a não ser bem-educado. Meu consolo é que depois ele descobriria que as páginas do livro não tinham sido abertas e o remorso envenenaria suas noites.

Enfim. É o que dá frequentar sebos.

Luís Fernando Veríssimo

01. Considerando os sentidos e as estruturas do texto I, assinale a alternativa correta.

- a) o narrador foi abordado, em um sebo, por um escritor assassino.
- b) o escritor pretendia matar todos que não gostaram de seu livro.
- c) a mãe do escritor assassino vendeu 30 cópias a um sebo.
- d) o narrador é um leitor compulsivo, o que causou sua morte.
- e) o assassino sentiu arrependimento, pois a vítima não lera o livro.

02. O vocábulo “cacófato” (29º parágrafo) se refere a

a) um erro grave de ortografia, imperdoável para um escritor

- b) som desagradável na união de sílabas ou palavras
c) pronúncia incorreta de determinada expressão
d) confusão sintática entre estruturas semelhantes
e) exemplo de linguagem vulgar e incorreta

03. Infere-se do texto que

- a) o escritor assassino tinha a expectativa de não ser reconhecido.
b) o narrador mentiu por vergonha de não ter lido o livro.
c) o assassino estrangulou o narrador ao descobrir que este mentia.
d) a narrativa dos eventos é póstuma e dela o narrador subtrai uma moral.
e) o narrador bajula o escritor visitante para evitar ser assassinado.

04. Os travessões foram empregados no texto para

- a) marcar falas literais do narrador
b) isolar termo acessórios explicativos
c) separar adendos enfáticos
d) indicar supressão de trechos
e) marcar a mudança de interlocutor

05. No segmento “Sua mãe comprara 30 e morrera antes de distribuir aos parentes” (27º parágrafo), as formas verbais “comprara” e “morrera” denotam

- a) a conclusão de um processo indefinido no passado
b) a anterioridade de uma ação em relação a outra
c) a habitualidade de um evento no passado
d) a eventualidade de uma hipótese
e) a dependência de uma condição pretérita

06. Transpondo-se a frase “Perguntou se podia entrar” (3º parágrafo) para o discurso direto, a forma que que manteria a correção gramatical e os sentidos do texto seria:

- a) — Podia entrar? perguntou o homem.
b) — Poderia entrar? — perguntou o homem.
c) O homem perguntou: “poderia entrar?”
d) O homem perguntou se “poderia entrar?”
e) — Posso entrar? — perguntou o homem.

07. No trecho “Meu Deus, ele queria a prova [...] seu volume na mão.” (21º parágrafo), pronome “seu” refere-se a

- a) papel
b) dedos
c) textura
d) livros
e) livrarias

08. A correção gramatical e o sentido original do texto I seriam preservados caso

- I- a partícula “me”, em “Repeti o nome algumas vezes e finalmente me lembrei” (1º parágrafo) fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “lembrei”.
II- a partícula “se”, empregada no segmento “vocalização literária que, de outra forma, se frustraria” (22º parágrafo), fosse empregada em posição enclítica.
III- a partícula “me”, em “Me ocupo tanto de livros e quase não me sobra tempo para a leitura” (21º parágrafo) fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “ocupo” — ocupo-me.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
b) Apenas o item I está certo.
c) Apenas o item II está certo.
d) Apenas o item III está certo.
e) Todos os itens estão certos.

09. Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto I, poderia ser suprimida a vírgula no segmento

- a) Ele sorriu, mas apenas com a boca (3º parágrafo)
- b) Aliás, peguei e não larguei mais até chegar ao fim (15º parágrafo)
- c) Meu Deus, ele queria a prova (21º parágrafo)
- d) Num transbordamento de caridade, declarei (22º parágrafo)
- e) Felizmente, nunca botei um livro fora na minha vida. (21º parágrafo)

10. No segmento “Perguntou se podia entrar” (3º parágrafo), o vocábulo “se”

- a) poderia ser suprimido, sem alteração dos sentidos do texto.
- b) encontra-se em próclise em início de oração.
- c) indetermina o sujeito da forma verbal “perguntou”.
- d) retoma a palavra “Homem”.
- e) introduz um complemento.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Conforme disposto na LODERJ, ao Corregedor-Geral incumbe, **EXCETO**:

- a) substituir o 3º Vice-Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias.
- b) dirigir as atividades administrativas da Corregedoria Geral.
- c) integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura.
- d) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista anterior.
- e) aplicar aos notários e registradores as penalidades legais, inclusive a perda da delegação.

12. Analise as assertivas abaixo consoante a LODERJ:

- I. O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 120 desembargadores, isto é, 2/3 dos cargos existentes
- II. As competências dos órgãos julgadores de segundo grau do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro serão definidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, na Lei e no Regimento Interno.
- III. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de 25 desembargadores, sendo 12 vagas preenchidas por antiguidade e 13 por eleição.
- IV. O Desembargador em exercício simultâneo no Órgão Especial e em Câmara terá, nesta, a distribuição reduzida em 2/3.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) III e IV.
- e) II e III.

13. Em relação ao ingresso na carreira, segundo a Lei n.º 4.620/2005, marque a alternativa correta:

- a) Em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após 03 anos da nomeação, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração.
- b) Os requisitos de escolaridade para ingresso nas carreiras do Quadro Único, atendidas, quando for o caso, formação especializada e experiência profissional definidas em Regulamento e especificadas nos editais de concurso, são os seguintes: para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo; para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o nível médio completo ou curso técnico equivalente, somente.
- c) O desenvolvimento do serventário nas carreiras ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, segundo calendário que observe os limites legais das despesas com pessoal.

- d) O ingresso nas carreiras do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, no primeiro padrão remuneratório da classe inicial da respectiva carreira, observados os limites legais das despesas com pessoal e a escolaridade exigida para o ingresso em cada carreira.
- e) A progressão funcional e a promoção deverão atender os critérios e pré-requisitos estabelecidos em Regulamento, preponderando a antiguidade sobre os demais, dentro do número de vagas previsto no Quadro Único de Pessoal.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. No caso de reincidência na prática de faltas já punidas com a sanção de repreensão, o servidor regido pelo Decreto nº 2.479/1975 sofrerá penalidade de

- a) repreensão.
- b) advertência verbal.
- c) advertência por escrito.
- d) demissão.
- e) suspensão.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Considere

- I – Processar e julga o Vice-Governador e os Deputados Estaduais, nos crimes comuns.
- II – Processar e julgar os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, estes quando não conexos com os do Governador.
- III – Processar e julgar os Juízes Estaduais e os membros do Ministério Público, os Procuradores-Gerais do Estado, da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

De acordo como Regimento Interno do TJ-RJ, compete ao Tribunal Pleno julgar e processar originariamente

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas II e III
- d) Itens I, II e III
- e) Nenhuma das Alternativas

16. Acerca da lista de antiguidade de Magistrados, assinale a opção correta de acordo com o Regimento Interno do TJ-RJ.

- a) Cabe ao Órgão Especial organizar a lista.
- b) A lista é organizada a cada dois anos.
- c) Cabe ao Órgão Especial julgar eventual recurso.
- d) A lista é organizada pela Divisão da Magistratura.
- e) Cabe ao Tribunal Pleno julgar eventual recurso face a reclamação da lista.

17. Segundo o Regimento Interno, não cabe ao Órgão Especial processar e julgar nos crimes comuns

- a) Vice-Governador.
- b) Governador.
- c) Juízes Estaduais.
- d) Procuradores-Gerais do Estado.
- e) Membros da Defensoria Pública.

18. Segundo o Regimento Interno, é competente para julgar e processar originariamente eventual processo de habeas corpus quando o coator for o Governador do Estado

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Câmaras de Direitos Criminal
- d) Conselho da Magistratura
- e) Grupo de Câmaras Criminais

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. A Lei nº 13.146/2015 estabelece que a tecnologia assistiva é garantida à pessoa com deficiência visando maximizar sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida. Para tanto, o poder público desenvolverá plano específico de medidas que:

- a) deverá ser renovado em cada período de 2 anos.
- b) deverá ser avaliado, pelo menos, a cada ano.
- c) O plano específico de medidas visará, entre outras, facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, que poderão ser utilizadas, a depender do caso concreto, para aquisição de tecnologia assistiva.
- d) As medidas terão por finalidade agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários.
- d) A redução ou eliminação da tributação da cadeira produtiva não está incluída dentre as medidas que devem ser desenvolvidas pelo poder público.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Acerca de ética, princípios e valores no serviço público, analise as afirmativas abaixo.

- I. A moral é o estudo de comportamentos éticos de uma sociedade.
- II. O valor é propriedade intrínseca de um objeto ou comportamento.
- III. Os princípios são objetos de escolha moral, a qual torna algo preferível ou estimável.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Todas estão incorretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para:

- a) obras.
- b) serviços comuns.
- c) compras.
- d) serviços de natureza predominantemente intelectual.
- a) concessão de direito real de uso.

22. Assinale a alternativa que aponta hipótese autorizadora da rescisão unilateral do contrato administrativo, nos termos previstos na Lei 8.666/1993:

- a) adoção de modalidade licitatória indevida.
- b) lentidão do cumprimento do contrato, admitindo-se a rescisão unilateral verbal.
- c) cumprimento regular de cláusulas contratuais.
- d) não cumprimento de prazos contratuais.
- e) paralisação da obra, com justa causa previamente comunicação à Administração.

23. No que diz respeito ao poder de polícia e suas etapas (ciclo de polícia), assinale a alternativa correta:

- a) a fase da legislação diz respeito à expedição de decretos pelo chefe do Poder Executivo para permitir a fiel execução das leis.
- b) os atos de consentimento estarão sempre presentes no ciclo de polícia, materializando-se na expedição de licenças e autorizações em favor dos particulares.
- c) fiscalização consiste na verificação do cumprimento das ordens de polícia, a exemplo do que ocorre em uma blitz de trânsito.
- d) a etapa de sanção diz respeito à apuração de infrações e aplicação de penalidades àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração.
- e) na fase de ordem, a administração pública distribui e escalona funções entre seus órgãos e estabelece a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro.

24. Abaixo são listadas situações em que a atuação de agentes públicos provocou danos a particulares:

- I. Erro judiciário.
- II. Preso além do tempo fixado na sentença.
- III. Ação estatal amparada em excludente de ilicitude penal.
- IV. Ação desprovida de dolo e culpa do agente público.

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses em que haverá responsabilidade estatal.

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

25. No que se refere ao local, prazo e tempo dos atos de um processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) os atos do processo devem se iniciar e serem concluídos exclusivamente em dias úteis e no horário de funcionamento da repartição na qual tramitar.
- b) não havendo regra específica, os atos do processo devem ser praticados no prazo de trinta dias, salvo justo motivo.
- c) os atos do processo somente podem ser praticados na sede da repartição pública.
- d) os atos do processo podem ser realizados em qualquer local, de acordo com a conveniência do poder público, não havendo qualquer direito conferido ao administrado de ser cientificado a respeito do local da prática dos atos processuais.
- e) Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

26. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma incumbência do poder concedente de serviços públicos:

- a) regulamentar o serviço concedido.
- b) homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.
- c) zelar pela boa qualidade do serviço.
- d) incentivar a competitividade.
- e) captar os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

27. Determinada empresa concessionária, encarregada da exploração de serviço de gás canalizado no Estado do Rio de Janeiro, resolve rescindir, unilateralmente, contrato para aquisição de equipamentos firmado com seu principal fornecedor. Este, sabendo que a concessionária atuava, em regime de delegação, a serviço da administração direta de respectivo ente, decide impetrar mandado de segurança, por considerar abusiva a conduta da empresa. Assinale a alternativa que encontra correspondência com o disposto na CF/88 e com a orientação jurisprudencial dominante:

- a) O mandado de segurança poderia ser utilizado, desde que dispensada a dilação probatória.
- b) Em virtude de tratar-se de ato de gestão praticado pela concessionária, o mandado de segurança não é a medida judicial adequada.
- c) Não se vislumbra a possibilidade de impetrar mandado de segurança nessa situação, ante a ausência de autoridade pública no polo passivo da ação.
- d) O cabimento da referida ação dependerá da verificação da inadequação da utilização de habeas data e de habeas corpus, dado seu caráter subsidiário.
- e) O mandado de segurança deveria ser ajuizado na instância ordinária da justiça estadual, haja vista tratar-se de empresa concessionária prestadora de serviço público, cuja atuação se dá em nome da Administração.

28. Determinada ação, movida por um particular contra a Caixa Econômica Federal, foi distribuída na justiça federal de primeiro grau. O juiz, considerando o valor da causa insuficiente para o processamento da ação, remeteu os autos para o juizado especial da seção judiciária correspondente. Este, entendendo que o julgamento caberia, de fato, ao juiz federal, decide suscitar, perante o STJ, conflito de competência para o deslinde da questão. Analisando-se o contexto apresentado, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Segundo o Supremo, a decisão do conflito de competência caberia ao TRF respectivo, e não ao STJ.
- b) A ação deveria ter sido ajuizada na justiça estadual, tendo em vista a presença, no polo passivo, de pessoa jurídica de direito privado.
- c) Considerando a existência de conflito de competência entre órgãos do Poder Judiciário, os autos deveriam ser remetidos ao STF para decisão.
- d) O julgamento da ação contra a CEF é da competência originária do TRF correspondente, não havendo que se falar em conflito de competência entre os órgãos de primeiro grau de jurisdição.
- e) A instauração do conflito perante o STJ se deu conforme o entendimento Supremo, que considera ser da competência da Corte Superior de Justiça decidir conflitos envolvendo órgãos da justiça federal.

29. O Procurador-Geral da República enviou projeto de lei ao Congresso Nacional, versando sobre o estatuto do Ministério Público da União. A lei, aprovada por maioria simples dos membros das duas Casas Legislativas, seguiu para sanção do Presidente da República que, decorridos 15 dias de seu recebimento, não se manifestou a respeito. Segundo a Constituição Federal,

- a) A ausência de manifestação por parte do chefe do Poder executivo importará em sanção tácita, devendo o projeto ser enviado para promulgação.
- b) O tema sobre o qual versa o projeto de lei é de iniciativa reservada do Presidente da República, não tendo a sanção presidencial o condão de convalidar vícios dessa natureza.

c) A ausência de manifestação por parte do Presidente da República acarreta a rejeição tácita da proposta, sendo que a matéria dela constante apenas poderá ser submetida a nova apreciação na legislatura seguinte.

d) A proposta deveria ter sido submetida à aprovação da maioria absoluta dos membros das duas Casas, sendo, portanto, inconstitucional.

e) Não há vício na propositura do mencionado projeto de lei, cuja iniciativa pertence exclusivamente ao Procurador-Geral da República.

30. Determinado Estado decide subdividir-se, a fim de criar um novo ente federado e um Território Federal. Para tanto, a população interessada é convocada, pelo Presidente da República, a manifestar-se por meio de plebiscito. Ignorando o resultado desfavorável evidenciado pela consulta popular, o governador encaminha a proposta para a Assembleia Legislativa que, aquiescendo, envia o documento para sanção, promulgação e publicação sob a forma de lei ordinária estadual. Pode-se afirmar que a alteração territorial empreendida:

a) É inconstitucional, já que a subdivisão de estado-membro não pode resultar a criação de Território Federal, que não tem natureza de ente federado.

b) É inconstitucional, já que o Congresso é quem convoca o plebiscito, de caráter vinculativo, e aprova o projeto, por lei complementar.

c) É inconstitucional, já que a modificação do território estadual exige a edição de lei complementar estadual.

d) Teria sido correta, caso tivessem sido divulgados estudos de viabilidade, na forma de lei federal.

e) É válida, já que cumpridos os requisitos constitucionais exigidos para a alteração federativa pretendida.

31. Lisauro, Presidente da República, cometeu infração penal três meses após ter assumido o cargo. Submetida a juízo de admissibilidade pela Câmara dos Deputados, a acusação foi aceita pela maioria absoluta dos membros da Casa e, em seguida, pelo Supremo Tribunal Federal, que, dois anos depois, concluiu o julgamento e decidiu pela condenação do chefe do Poder Executivo. De acordo com o procedimento previsto na Carta da República, é correto dizer que:

- a) Após ter sido admitida a acusação pelo STF, o Presidente deveria ter ficado suspenso de suas funções durante 180 dias, período em que seria substituído pelo Vice.
- b) O Presidente estaria imune a qualquer tipo de prisão, até a prolação da sentença condenatória quando, então, seria definitivamente substituído pelo Vice.
- c) O Supremo sequer poderia ter recebido a ação penal proposta, já que insuficiente o quórum de maioria absoluta dos membros da Câmara para proferir juízo de admissibilidade positivo.
- d) Após a prisão do Presidente da República, caso o Vice venha a renunciar no último ano do mandato, deverão ser convocadas eleições indiretas, no prazo de 30 dias.
- e) O Presidente apenas poderia ser condenado caso o crime cometido guardasse pertinência com o exercício de suas atribuições.

32. Sidney, estrangeiro, vive há 14 anos ininterruptos no Brasil e não possui condenação penal. Com base no que estabelece a atual Constituição, Sidney:

- a) Caso requeira, deverá ser considerado brasileiro naturalizado, independentemente do cumprimento de qualquer outra condição.
- b) Caso seja originário de país de língua portuguesa, terá direito subjetivo à obtenção da nacionalidade brasileira.
- c) Poderá, desde já, requerer a naturalização extraordinária, a ser concedida a critério do governo brasileiro.
- d) Caso seja originário de país de língua portuguesa, poderá gozar da condição de equiparado a brasileiro nato, podendo votar e ser votado, inclusive.
- e) Ao completar 15 anos de residência no país, terá direito subjetivo à naturalização, desde que faça a devida solicitação.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Daniel, 16 anos, é exímio desenhista e começou a produzir e vender camisetas a pessoas próximas, de seu colégio e de sua família. Em menos de seis meses, o negócio cresceu exponencialmente e ele abriu um site vendas. Sua renda é tão alta que lhe permite arcar com suas despesas, sustentar seus pais e aplicar no tesouro direto.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) Cessou para Daniel, ainda que menor, a incapacidade.
- b) Daniel é absolutamente incapaz.
- c) Daniel é relativamente capaz, devendo ser assistido por seus pais em todos os contratos assinados em decorrência de sua atividade negocial.
- d) Daniel apenas adquirirá a plena capacidade caso seus pais a outorguem.
- e) Apenas o exercício de emprego público efetivo gera a cessação da incapacidade, o que não ocorre pelo exercício de atividade privada.

34. Considerando a Jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar, sobre o dano moral:

- a) a pessoa jurídica de direito público pode ser titular de direito à indenização por dano moral relacionado à ofensa de sua honra ou imagem.
- b) a legitimidade para pleitear a reparação por danos morais é, em regra, do próprio ofendido, no entanto, em certas situações, são colegitimadas também aquelas pessoas que, sendo muito próximas afetivamente à vítima, são atingidas indiretamente pelo evento danoso, reconhecendo-se, em tais casos, o chamado dano moral reflexo ou em ricochete.
- c) a pessoa jurídica não pode sofrer dano moral, mesmo que demonstrada ofensa à sua honra objetiva.
- d) o dano moral coletivo é categoria autônoma de dano relacionado à violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade, sendo indenizável apenas se comprovada a dor, o sofrimento e a humilhação das pessoas que compõem a coletividade lesada.

e) a fixação do valor devido a título de indenização por danos morais deve considerar o método trifásico, que conjuga os critérios da valorização das circunstâncias do caso e do interesse jurídico lesado, minimiza eventual arbitrariedade ao se adotar critérios unicamente subjetivos do julgador, bem como considera a tarifação do dano.

35. Em relação às obrigações de dar coisa certa, é correto afirmar que,

a) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

b) sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, nesses casos sem direito a reclamar perdas e danos.

c) até a tradição, pertence a coisa ao credor, com seus acréscimos, pelos quais poderá exigir aumento do preço, com ou sem anuência do devedor.

d) deteriorada a coisa, sem culpa do devedor, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, nesse caso sem abatimento do preço pela referida ausência de culpa do devedor.

e) como regra geral, a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

36. Em relação às fundações, é correto afirmar:

a) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados voltarão necessariamente ao patrimônio do instituidor ou de seus herdeiros.

b) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a mudança não contrarie ou desvirtue sua finalidade, além de ser aprovada pelo Ministério Público no prazo máximo de 45 dias e que seja deliberada pela unanimidade de seus gestores e representantes.

c) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, será ela extinta pelo Ministério Público, incorporando-se seu patrimônio ao Estado membro, com vinculação da destinação àquela a que objetivava a fundação extinta.

d) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

e) Somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

37. Acerca do instituto da prescrição, julgue os itens a seguir.

I - A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

II - Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

III - É de dez anos o prazo prescricional a ser considerado no caso de reparação civil com base em inadimplemento contratual.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

38. É nulo negócio jurídico celebrado

a) sem revestir a forma prescrita em lei.

b) com vício resultante de dolo, quando este for a sua causa.

c) com erro substancial.

d) por agente relativamente incapaz

e) mediante fraude contra credores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o papel do juiz, seus poderes, deveres e responsabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz pode adotar medidas coercitivas para assegurar o cumprimento de ordens judiciais, exceto em ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- b) Ainda que o prazo regular já tenha encerrado, o juiz poderá dilatar os prazos processuais adequando-os às necessidades do conflito.
- c) Convencendo-se de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, de ofício, as penalidades da litigância de má-fé.
- d) Ao juiz é vedado oficiar o Ministério Público para que este, se for o caso, promova a propositura de ação coletiva pois, agindo desse modo, ofenderia a imparcialidade.
- e) O juiz pode determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes para inquiri-las sobre os fatos da causa e estas estão obrigadas a comparecer sob a pena de confesso.

40. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. Com base no disposto no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) O conciliador, atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio.
- b) O mediador, atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito sugerindo soluções para o litígio, permanecendo as partes em posição passiva.

c) A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, salvo quanto à definição das regras procedimentais.

d) O conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação não podem ser escolhidos pelas partes, mas serão determinados pelo Judiciário.

e) O Código de Processo Civil veda a designação de mais de um mediador ou conciliador.

41. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

b) Em razão da urgência, a tutela só poderá ser concedida liminarmente, sendo dispensada a justificação prévia da parte contrária.

c) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida até mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

d) Para a efetivação da tutela de urgência de natureza cautela não são exigidas medidas para a assecuração do direito.

e) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la ou a critério do magistrado.

42. A sentença que condenar ao pagamento de quantia ilíquida deverá ser liquidada. Sobre a liquidação de sentença, indique a alternativa em conformidade com o disposto no Código de Processo Civil:

- a) A liquidação deverá ser requerida exclusivamente pelo credor.
- b) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- c) Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor deverá apresentar o demonstrativo atualizado que será, em seguida, remetido à contadoria judicial para confirmação.
- d) Na liquidação é possível que seja modificada a sentença que julgou a lide.
- e) A liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso.

43. A Lei nº 12.016/2009 disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. É correto afirmar sobre este importante remédio constitucional:

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, deve ser formado um litisconsórcio ativo necessário.
- b) O mandado de segurança, assim como o habeas corpus, só poderá ser concedido a pessoas físicas (pessoas naturais).
- c) O mandado de segurança é regido pelo Princípio da Subsidiariedade pois só é cabível quando o direito ameaçado ou violado não for amparado por outros remédios constitucionais.
- d) Representantes ou órgãos de partidos políticos, pela sua natureza de pessoa jurídica de direito privado, não podem ser equiparados às autoridades.
- e) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de autarquias federais, fundações públicas, empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

44. A Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) apresenta aspectos materiais e processuais. Sobre a ação de improbidade administrativa, pode-se afirmar:

- a) Estando a petição inicial em devida forma, o juiz determinará sua autuação e ordenará a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito no prazo de dez dias.
- b) Após a manifestação do requerido, o juiz poderá rejeitar a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.
- c) A Lei de Improbidade Administrativa não prevê qualquer instrumento hábil a questionar o recebimento da petição inicial.
- d) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- e) O juiz só poderá determinar a extinção do processo sem julgamento de mérito por inadequação da ação de improbidade antes da apresentação da contestação pelo requerido.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

45. José, querendo matar Maria, desfez cinco tiros contra esta, na cidade de Curitiba-PR, no dia 15.03.2020. Maria é socorrida e levada para um hospital, sendo posteriormente transferida para outro hospital na cidade de Santiago-CHILE, onde tem família. Lá, Maria vem a óbito, em razão dos disparos, no dia 30.03.2020.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que, no que tange ao tempo e ao lugar do crime:

- a) Considera-se o crime praticado no dia 15.03.2020, e se considera como local do crime tanto Curitiba-PR quanto Santiago.
- b) Considera-se o crime praticado no dia 30.03.2020, e se considera como local do crime tanto Curitiba-PR quanto Santiago.
- c) Considera-se o crime praticado no dia 15.03.2020, e se considera como local do crime apenas Santiago.

d) Considera-se o crime praticado no dia 15.03.2020, e se considera como local do crime apenas Curitiba-PR.

e) Considera-se o crime praticado no dia 30.03.2020, e se considera como local do crime apenas Curitiba-PR.

46. Paulo, servidor do TJRJ, toma conhecimento de que seu subordinado praticou falta funcional no exercício do cargo. Paulo, porém, não aplica a penalidade cabível ao subordinado, pois sabe que o subordinado tem conhecimento de uma relação extraconjugal sua, e teme sofrer represálias.

Nesse caso, pode-se dizer que Paulo praticou o crime de:

- a) Prevaricação
- b) Corrupção passiva privilegiada
- c) Condescendência criminosa
- d) Não praticou crime, dada a ausência de vantagem
- e) Prevaricação imprópria

47. A conduta do médico que, no exercício da profissão, dá atestado falso, atestando falsamente que determinada pessoa necessita permanecer em repouso, configura:

- a) crime de falsificação de documento público
- b) crime de falsificação de documento particular
- c) crime de falsidade ideológica
- d) falsidade de atestado médico
- e) Fato atípico

48. Paulo, brasileiro, decidiu ir passar férias com a família em Miami-EUA. De lá, trouxe diversos aparelhos eletrônicos, relógios, roupas e artigos diversos. Para não pagar os impostos devidos pela importação, Paulo escondeu os produtos em fundos falsos das malas, passando pela fila de “nada a declarar” no aeroporto do Galeão-RJ.

Nesse caso, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que Paulo praticou o crime de:

- a) Contrabando, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- b) Contrabando, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância
- c) Descaminho, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- d) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos produtos não ultrapasse R\$ 20.000,00
- e) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos tributos sonegados não ultrapasse R\$ 20.000,00

49. No dia 27.01.2020, José subtraiu para si a bolsa de Maria, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma faca, tendo empreendido fuga. Perseguido por policiais, José se dirigiu à casa de seu irmão, Elias, implorando que lhe concedesse abrigo, a fim de não ser preso em flagrante. O irmão, sabendo do crime praticado por José, movido pelo amor fraterno, permite que José fique em sua casa por uma semana.

Nesse caso, é correto afirmar que José e Elias praticaram, respectivamente:

- a) roubo majorado pelo emprego de arma branca e favorecimento pessoal, sem isenção de pena para Elias
- b) roubo majorado pelo emprego de arma branca e favorecimento pessoal, com isenção de pena para Elias, em razão do parentesco
- c) roubo simples e favorecimento real, com isenção de pena para Elias, em razão do parentesco
- d) roubo simples e favorecimento real, sem isenção de pena para Elias
- e) roubo majorado pelo emprego de arma branca e favorecimento real, sem isenção de pena para Elias

50. Acerca das penas e da extinção da punibilidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pena de detenção somente pode ser cumprida em regime aberto, salvo necessidade de transferência a regime semiaberto ou fechado.
- b) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos poderá começar a cumpri-la em regime semiaberto
- c) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos a agente condenado, pela prática de homicídio culposo, a uma pena de 03 anos de detenção.
- d) O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um décimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 10 vezes esse salário.
- e) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou, na data da sentença, maior de 60 anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. Tiago foi denunciado pela suposta prática do crime de desacato (art. 331 do CP). O Juízo do competente juizado especial criminal, contudo, entendeu não haver justa causa, motivo pelo qual não recebeu a denúncia, extinguindo o processo.

Neste caso, caso deseje impugnar a decisão, o MP deverá:

- a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias
- c) interpor apelação, no prazo de 05 dias
- d) interpor apelação, no prazo de 10 dias
- e) impetrar Mandado de Segurança

52. A imparcialidade do magistrado é uma das características mais marcantes do chamado sistema acusatório. Tendo isto em conta, o CPP traz hipóteses nas quais o Juiz será considerado suspeito ou impedido de atuar.

De acordo com o CPP, o Juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- a) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, como defensor ou advogado.
- b) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, como autoridade policial
- c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- d) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes
- e) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

53. Sobre a preempção, analise as assertivas:

- I – Há preempção quando, iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 15 dias seguidos;
- II – Não tem cabimento na ação penal privada subsidiária da pública nem na ação penal pública;
- III – É causa de extinção da punibilidade;
- IV – Ocorrerá quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

É correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e IV, apenas
- b) I, II e III, apenas
- c) II, III e IV, apenas
- d) I, II, III e IV
- e) I, II e IV, apenas

54. Certa noite, três indivíduos foram presos em flagrante delito e conduzidos à presença da autoridade policial: José, reincidente, praticou um crime de receptação, cuja pena é de reclusão de 01 a 04 anos e multa; Ricardo, primário, praticou um crime de estelionato, cuja pena é de reclusão de 01 a 05 anos e multa; Eduardo, primário, praticou um crime de roubo, cuja pena é de reclusão de 04 a 10 anos e multa.

A autoridade policial poderá arbitrar fiança em favor de:

- a) José, apenas.
- b) José e Ricardo, apenas.
- c) José, Ricardo e Eduardo
- d) Eduardo, apenas.
- e) Ricardo, apenas.

55. José, reincidente, foi condenado pela prática do crime de roubo simples, recebendo uma pena de 04 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e multa. O MP não recorreu. A defesa interpôs recurso de apelação, sustentando a ocorrência de nulidade processual na fase instrutória, motivo pelo qual foi requerida a anulação da sentença. Caso o Tribunal dê provimento ao recurso:

- a) o próprio Tribunal deverá refazer a instrução e proferir sentença, inclusive podendo aumentar a pena de José, caso identifique ter havido erro na dosimetria da pena
- b) o próprio Tribunal deverá refazer a instrução e proferir sentença, não podendo a nova pena ser superior àquela fixada na sentença anulada
- c) o processo voltará à primeira instância, e o Juízo de primeira instância poderá novamente condenar José, mas não poderá aplicar pena superior à fixada na sentença anulada, embora possa fixar regime inicial fechado.
- d) o processo voltará à primeira instância, e o Juízo de primeira instância poderá novamente condenar José, inclusive com aplicação de eventual pena superior à fixada na sentença anulada.

e) o processo voltará à primeira instância, e o Juízo de primeira instância poderá novamente condenar José, mas não poderá aplicar pena superior à fixada na sentença anulada, nem poderá fixar regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso.

56. José, Prefeito do município de Niterói-RJ, desviou em proveito próprio verbas transferidas pela União Federal ao referido município, destinadas à educação básica, mas que ainda estavam sujeitas a prestação de contas perante órgão federal.

Nesse caso, a competência para processar e julgar o prefeito será:

- a) Do Tribunal de Justiça do estado que o município está localizado
- b) Do TRF da região em que o município está localizado
- c) Da Justiça Federal de primeira instância de Niterói
- d) Da Justiça Estadual de primeira instância de Niterói
- e) Da Câmara de Vereadores

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Considere

- I - houver determinação legal ou judicial nesse sentido;
- II - tratar-se de ações de estado;
- III - o diligenciado for incapaz;
- IV - o diligenciado for pessoa de direito privado;
- V - o autor justificadamente o requerer;

Os atos de comunicação processual serão cumpridos por oficial de justiça avaliador quanto aos atos descritos em

- a) Apenas I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e V
- c) Apenas em III, IV e V
- d) Apenas II, III e IV
- e) I, II, III, IV e V

58. Jonas disponibilizou uma informação no Diário da Justiça Eletrônico no dia 17, uma terça-feira. Considerando que o ato concede o prazo de 10 dias para manifestação da parte, até qual dia o requerido tem para se manifestar?

- a) 26
- b) 27
- c) 28
- d) 29
- e) 30

59. As unidades responsáveis pelo envio, alteração ou cancelamento dos atos oficiais a serem divulgados e publicados, a fim de que sejam disponibilizadas no mesmo dia no DJERJ, deverão respeitar o horário-limite das

- a) 12 horas
- b) 15 horas
- c) 18 horas
- d) 19 horas
- e) 21 horas

60. São tipos de certidão de débito, exceto

- a) devedor intimado
- b) devedor não intimado
- c) devedor falecido
- d) devedor vivo
- e) devedor em local incerto e não sabido

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-02-05-20>

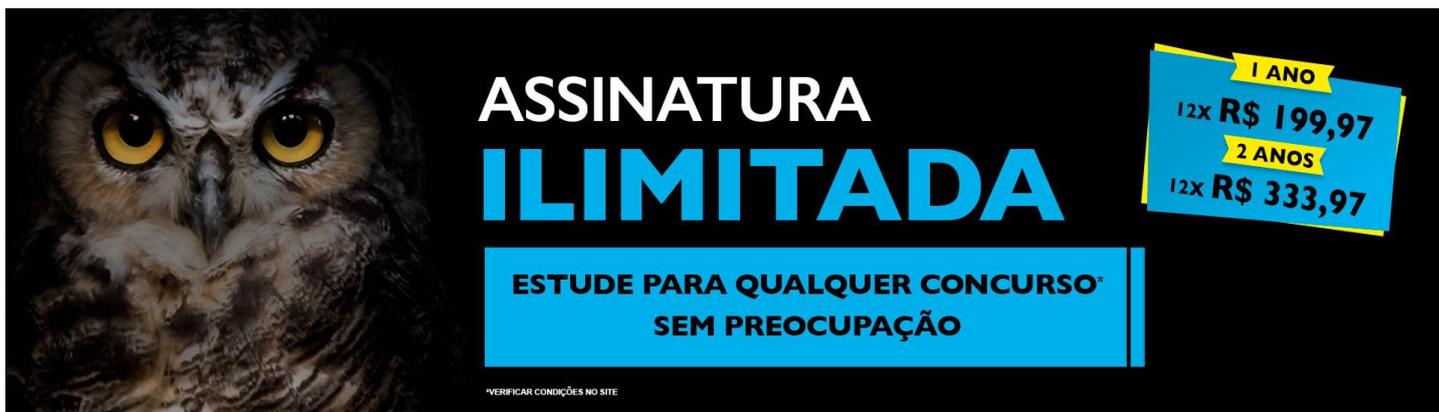


Não é assinante?

Estratégia

Concursos

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE